DIÁLOGOS INTERSECCIONAIS DO CONSUMIDOR

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

“Devemos no perguntar se ao consumir não estamos fazendo algo que sustenta, nutre e, até certo ponto, constitui uma nova forma de ser cidadão.” (Néstor Canclini).

Alexandre Marcus Fonseca Tourinho
Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará

José Edvaldo Pereira Sales
Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Érica Almeida de Sousa
Coordenadora do Núcleo do Consumidor

Nadilson Portilho Gomes
Coordenador do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão

Coordenadores Auxiliares:
Ângela Maria Balieiro Queiroz
Andressa Ávila Pinheiro
Louise Rejane de Araújo

Servidores:
Lorena Mendes Pacheco – Analista Jurídico
Maria Dolores Afonso Lobato da Silva - Técnica Ministerial

Estagiários:
Luiz Carlos Correa Oliveira
Gustavo Henrique Bezerra Santiago
Elizana Naara da Silva Costa
Wanderson Silva do Nascimento

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 05

OBJETIVOS 06

METAS 06

JUSTIFICATIVA 07

METODOLOGIA 07

CRONOGRAMA 08

DIVULGAÇÃO 08

CONTATOS 11

APRESENTAÇÃO

O Ministério Público tem importância relevante na defesa da cidadania, tanto que a Constituição Federal de 1988 leciona que “é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, CF/88).

Com sua atuação o Ministério Público assegura o respeito aos fundamentos da nossa República Federativa, dentre os quais se destacam a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III, da CF/88), colaborando para que esses objetivos sejam alcançados, de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, de garantia de desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, além da promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação (art. 3º, CF/88).

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) conta, em sua estrutura administrativa, com o Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAO CPC), que possui atribuições na temática da cidadania e seu Núcleo do Consumidor, que trata das questões relacionadas ao direito do consumidor, os quais tem a missão de subsidiar as atuações dos órgãos de execução do MPPA, procuradores e promotores de justiça.

Da necessidade do diálogo entre cidadania e relações de consumo surgiu o projeto “Diálogos interseccionais do consumidor”, que visa difundir valores da cidadania dentro da dinâmica do mercado capitalista para crianças, adolescentes e comunidade em geral, por meio de atuação conjugada do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAO CPC), de Procuradores e Promotores de Justiça, proporcionando uma integração interinstitucional com a sociedade civil.

Assim, o projeto busca desenvolver a consciência cidadã das pessoas no mercado de consumo, especialmente jovens, voltado à discussão crítica sobre o consumo consciente, relacionando temas de cidadania, direitos do consumidor, desigualdade, meio ambiente, gênero, raça e classe social — tudo sob a lente da interseccionalidade. Assim, visa o exercício da cidadania no contexto do consumo com um consumidor consciente, que exerce seus direitos, busca informações, promove o consumo sustentável e cobra responsabilidade das empresas e governos, contribuindo para um futuro mais justo e que possa atender as necessidades atuais, sem comprometer as gerações futuras.

Público

As atividades são voltadas para precipuamente para crianças, adolescentes e comunidade em geral.

Objetivo geral

Refletir sobre os direitos e deveres do consumidor à luz da interseccionalidade, promovendo o consumo consciente, crítico e ético em diferentes realidades sociais.

Objetivos específicos

Compreender o papel social e político do consumidor na sociedade de consumo;
Analisar como raça, classe, gênero e território impactam o acesso ao consumo e aos direitos do consumidor;
Estimular práticas sustentáveis e éticas de consumo.
Desenvolver senso crítico sobre o marketing, publicidade e os estereótipos;
Promover ações educativas voltadas à cidadania econômica e ambiental.

Metas

Serão realizadas ações, tidas como produtos focais, voltadas para:

- Promover debates e reflexões sobre temáticas relacionadas a cidadania, justiça e valores como solidariedade e dignidade no mercado de consumo;
- Apoiar projetos e programas da escola;
- Promover o intercâmbio de experiências, vivências e ações integrativas;
- Produzir materiais pedagógicos e institucionais voltados para o exercício da cidadania no mercado de consumo;
- Fomentar e criar canais de diálogo com a comunidade escolar; e
- Promover ações com serviços públicos de cidadania em matéria do direito do consumidor, em parcerias.

Eixos temáticos

Cidadania, direitos, deveres e relações de consumo;
Interseccionalidade e consumo;
Prevenção à violência contra crianças, adolescentes, idosos, mulheres, pessoas LGBTI, com deficiência e população negra nas relações de consumo;
Racismo e consumo;
Gênero e consumo;
Relações de consumo da pessoa com deficiência
Classe social e endividamento;

Consumo, meio ambiente e sustentabilidade;
Consumo digital e vigilância;
Consumo e juventude: influência das redes sociais, modismos e identidade;
Inteligência artificial e impactos no direito do consumidor
Cenário Global e consumo na Amazônia.

Justificativa

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos fundamentais, tem atuação estratégica na defesa da cidadania, devendo cada vez mais reforçar sua aproximação com a sociedade civil. Nesse contexto, ações de cidadania nos espaços escolares cumprem estratégia fundamental para o fortalecimento da atuação ministerial em todos os territórios do estado.

Ao implementar e institucionalizar práticas sistemáticas de ações de cidadania, o MPPA em conjunto com a sociedade civil e seus membros, fortalece sua capacidade de atuação preventiva, promove a participação cidadã e amplia a efetividade da construção e fiscalização das políticas públicas. Além disso, reforça sua transparência, amplia o controle social sobre suas ações e fortalece a articulação com a rede de proteção de direitos.

Portanto, justifica-se este projeto como uma iniciativa estratégica para qualificar cada vez mais a atuação do Ministério Público do Estado do Pará, aproximar a instituição das realidades locais e contribuir para a promoção de justiça social no estado do Pará, especialmente para crianças, adolescentes e jovens. Nesse sentido, contribuir para a formação para a cidadania, colabora para a existência de cidadãos e cidadãs mais ativos, informados e responsáveis, basilar para uma sociedade livre, justa e solidária.

Metodologia

Os formatos das ações serão definidos de acordo com o público e espaços disponibilizados, os quais poderão ser os seguintes: rodas de conversas, reuniões, palestras, oficinas, capacitações, projetos de intervenção, cine debate, confecções de cartilhas e outros materiais educativos, trabalhos de campo, concursos de redação e artes, entregas de doações e disponibilizações de serviços públicos em geral.

Os eventos e as ações serão voltados, prioritariamente, para os eixos temáticos.

Será realizada uma ação por mês, no mínimo, pelo prazo de 02 anos.

A programação de cada evento contará com recepção e credenciamento, abertura, encerramento e catalogação dos resultados, a qual será publicizada em relatório final anual.

Monitoramento dos resultados

A cada ação ou evento realizado é aplicado um instrumento de avaliação com os sujeitos participantes, com vista a análise dos dados para rever e melhorar o processo integrativo das práticas executadas.

Voluntários

Serão admitidos voluntários e dos parceiros.

Cronograma

Ano 2025

Nº	Meta	Período de Execução	Local
01	Planejamento	Maio	CAO CPC
02	Levantamento bibliográfico	Maio a Dezembro	CAO CPC
03	Pesquisa sobre metodologia	Maio a Dezembro	CAO CPC
04	Confecção de material	Maio a Dezembro	CAO CPC
05	Elaboração de Instrumento de Avaliação	Junho a Dezembro	CAO CPC
06	Realização de ação e evento	Agosto a Dezembro	A definir
07	Reunião de Avaliação	Maio a Dezembro	CAO CPC
08	Levantamento de dados	Junho a Dezembro	CAO CPC
09	Confecção de relatório anual	Dezembro	CAO CPC

Orçamento

Recursos do Ministério Público e dos parceiros.

Divulgação

Todas as ações do projeto serão divulgadas no site do MPPA (www.mppa.mp.gov.br), garantindo transparência e acesso público às informações.

Essa estratégia visa assegurar a ampla disseminação das ações e resultados do projeto, promover a participação social e fortalecer a articulação entre o Ministério Público e a sociedade civil.

Referências

AMORIM, Maria Stella; KANT DE LIMA, Roberto. *Administração de conflitos e cidadania: problemas e perspectivas.* 1ª. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

ARANTES, Rogério Bastos. *Ministério Público e política no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. *Vinte anos da Constituição brasileira de 1988: o Estado a que chegamos.* Cadernos da Escola de Direito, n. 8, p. 183-225, jan./jul. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas para o Consumo, a transformação das pessoas em mercadoria*. Ed. Zahar, 2008.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (orgs). *Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos.* São Paulo: Claro Enigma, 2018.

BORGES, Fábio Mariano. *Consumo e cidadania: práticas cidadãs nas reclamações dos consumidores.* Monografia de Mestrado em Ciências Sociais. PUC/SP, São Paulo, 2012. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3384/1/Fabio%20Mariano%20Borges.pdf Acesso em: 03.06.2025.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A cidadania no Brasil: o longo caminho.* 11ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, Vanessa Juliane Silva; GREGóRIO, Maria das Neves; FRANÇA, Lúcia Ângela Macedo. *Estado, Cidadania e Consumo.* Orientações para novas oportunidades de aprendizagem. Secretaria de Estado de Educação e Esportes/PE, Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação, Gerência Geral de Ensino Médio e Anos Finais do Ensino Fundamental, Gerência Geral de Políticas Educacionais do Ensino Médio. Disponível em: https://portal.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Estado-Cidadania-e-Consumo.pdf Acesso em: 05.06.2025.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Cidadania e consumo sustentável.* Nossas escolhas fazem a diferença. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6099425/4160017/mcs_cidadania.pdf Acesso em: 05.06.2025.

FIGUEIRA, Hector Luiz Martins. *A formação da categoria "cidadania do consumo" no contexto brasileiro.* Revista Interdisciplinar de Direito, Curso de Direito do Centro Universitário de Valença (UNIFAA), v. 19, n. 2, p.108-121, jul./dez., 2021.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas.* Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LISBOA, Roberto Senise. *Responsabilidade civil nas relações de consumo.* São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

MARSHALL. T.H. *Cidadania, Classe social e status*. Zahar. Rio de Janeiro, 1987.

NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. *A Proteção Constitucional do Consumidor*. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da Desordem.* Rio de Janeiro. Ed Rocco, 1994.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 40ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MARQUES, Felipe Meira. *A redefinição da noção de cidadania no supercapitalismo: de cidadão a consumidor*. 2014. 113 f. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza-CE, 2014.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *"Ministério Público e cidadania"*, artigo publicado na Revista Justitia, volume 194, p. 127 (São Paulo, Brasil, Editado pela Procuradoria-Geral de Justiça, abril a junho de 2001).

SADEK, Maria Tereza. *Cidadania e ministério público. In* SADEK, MT., org. SANCHES FILHO, AO., et al. Justiça e cidadania no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009. pp. 3-22.

SADECK, Maria Tereza. *O Ministério Público e a Justiça no Brasil.* São Paulo: Idesp; Sumaré, 1997.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUSA, Antonio Bonifácio Rodrigues. *Ética e cidadania na educação - Reflexões filosóficas e propostas de subsídios para aulas e reuniões.* São Paulo: Paulus, 2010.

Contatos

TELEFONES: (91) 4006-3504/3605
WHATSAPP: (91) 98896-3702
E-MAIL: caocpc@mppa.mp.br
Rua João Diogo, Nº. 100, Cidade Velha, Belém-Pará, CEP.: 66015-165

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ